



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.000765/98-71  
Recurso nº : 112.193  
Acórdão nº : 201-78.989

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 15/02/07  
Rubrics

2º CC-MF  
Fl.

Embargante : COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL  
Embargada : Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.

Verificada a omissão acusada, cabíveis os embargos de declaração para retificar o Acórdão nº 201-73.639.

Embaraços de declaração acolhidos.

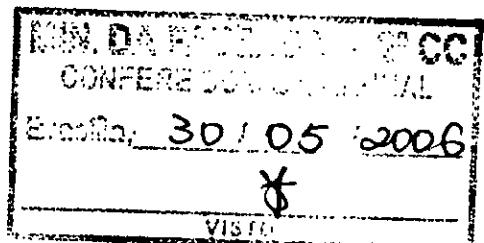
Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração interpostos por COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração para retificar o Acórdão nº 201-73.639, passando a decisão a ter a seguinte redação: "por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para excluir da receita bruta os valores relativos às aquisições de mercadorias destinadas à revenda, nos termos do voto do Relator."

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 2005.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*Rogério Gustavo Dreyer*  
Rogério Gustavo Dreyer  
Relator



Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Antonio Mario de Abreu Pinto, Maurício Taveira e Silva, Sérgio Gomes Velloso, José Antonio Francisco e Roberto Velloso (Suplente).



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.000765/98-71  
Recurso nº : 112.193  
Acórdão nº : 201-78.989

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 30/05/2006

VISIT

2º CC-MF  
FL.

Embargante : COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL

### RELATÓRIO

A contribuinte em epígrafe interpôs embargos de declaração contra omissão no Acórdão nº 201-73.639, consubstanciada na inapreciação de matéria contida no seu recurso voluntário, que trata da exclusão da receita bruta da parcela relativa à exportações de produtos adquiridos de terceiros, para o efeito de determinar o percentual do benefício fiscal.

Em Despacho exarado à fl. 301 foi reconhecida a omissão, tendo sido proposta à Excelentíssima Senhora Presidente da Primeira Câmara a admissão dos embargos para sanar a omissão. Em despacho por esta proferido à fl. 304 foi determinada a admissão dos embargos declaratórios para o efeito de submetê-los à Câmara embargada.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.000765/98-71  
Recurso nº : 112.193  
Acórdão nº : 201-78.989

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 30 / 05 /2006
X
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

Nos termos dos despachos citados no relatório, submeto à apreciação desta Colenda Câmara a apreciação dos embargos interpostos pela contribuinte.

Ainda nos termos do relatório, a contribuinte insurgiu-se, via os presentes embargos declaratórios, contra omissão ocorrida no Acórdão embargado.

Disse a contribuinte ter submetido ao Colegiado a apreciação da exclusão da receita de exportação de produtos adquiridos de terceiros, para o efeito de aproveitá-la na composição da base de cálculo para a fruição do crédito presumido do IPI relativo ao PIS e à Cofins.

Tal apreciação não foi perpetrada pela Câmara, pelo que, de pronto, reconheço a omissão apontada.

Frente a tal circunstância, incumbe apreciar a questão para reformar o Acórdão, sanando a omissão.

Passo a fazê-lo.

Segundo a tese da contribuinte, exposta nas peças recursais relativas à contraposição do entendimento da Fazenda Pública, a exclusão de tais valores - receita de exportação decorrente da venda de produtos adquiridos de terceiros -, no pólo relativo à receita de exportações, não é contestada. O objeto da inconformidade da então recorrente, ora embargante, é a manutenção do valor de tais operações na sua receita bruta, gerando distorção no cálculo do percentual a ser aplicado sobre as aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem.

Esta matéria é remansosa, tanto no Conselho de Contribuintes como na CSRF.

Efetivamente, a exclusão, legalmente amparada, dos bens que foram exportados sem qualquer grau de industrialização não pode ser considerada como receita de exportação para o fim de estabelecer a base de cálculo do benefício.

Neste pé, igualmente não pode servir como tal para inserir-se na receita bruta da empresa produtora e exportadora.

A inclusão do valor numa das pontas da equação sem a inclusão na outra representa distorção a comprometer o objetivo da norma, que é o de contemplar as exportações de produtos manufaturados na exata proporção que esta representar sobre a receita bruta de produtos manufaturados.

Em vista do exposto, voto no sentido de admitir os embargos para reconhecer a existência da omissão consubstanciada na não apreciação da matéria, reconhecendo, quanto à esta, assistir razão à contribuinte, para o que deve ser alterada a parte dispositiva do Acórdão, conforme transcrevo abaixo:

JL JGL



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.000765/98-71  
Recurso nº : 112.193  
Acórdão nº : 201-78.989

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 30 / 05 / 2006
X
VISTO

2º CC-MF  
FL

*"Por todo o exposto, dou provimento ao recurso, unicamente para admitir nos cálculos a inclusão das aquisições de pessoas físicas, cooperativas e MICT e a exclusão da receita bruta, dos valores relativos às receitas decorrentes da exportação de produtos adquiridos meramente para revenda."*

É como yoto.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 2005.

ROGÉRIO GUSTAVO DREYER